

# Avaliação da aprendizagem de justiça em alunos de Ensino Médio

Humberto Silva de Lima\*

Maria Judith Sucupira da Costa Lins\*\*

---

---

## Resumo

Aprendizagem de justiça é fundamental para o cidadão. O problema central desta pesquisa é avaliar como alunos de ensino médio aprendem a virtude Justiça. Esta pesquisa objetiva avaliar como alunos do Ensino Médio realizam a construção desta virtude. Este artigo apresenta a proposta didática desenvolvida por alunos do terceiro ano do Ensino Médio que por meio de leitura e escritas de textos organizaram seu pensamento e prática sobre justiça. Foi-lhes possibilitado observar o que entendiam por justiça e como chegaram a um conceito desta virtude. A fundamentação teórica tem base na filosofia moral de Alasdair Mac Intyre. Este filósofo aponta a desordem moral existente na sociedade atual e chama a atenção para a moral de emotivismo. Ele considera as virtudes aristotélicas numa perspectiva para o século XXI como um paradigma para a vivência moral. Esta é uma pesquisa qualitativa e a metodologia foi a Escuta Sensível descrita por Rene Barbier. Os dados foram analisados de acordo com a teoria de Laurence Bardin. Resultados mostram que os alunos gradualmente mudaram o conceito emotivo de justiça para o conceito de justiça como uma virtude.

**Palavras-chave:** Avaliação. Ética. Justiça. Educação Moral. Emotivismo

## *Assessing How High School Students Learn Justice*

### **Abstract**

*Learning justice is basic for citizens. The central problem of this research is to assess how high school students learn the virtue of Justice. This research aimed to assess how high school students build this virtue. This article focuses the didactic proposal which was developed by third grade high school students who could organize their thinking and practice about justice through reading and writing texts.*

---

\* Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro;

\*\* Doutora em Educação (PhD) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; professora titular da Faculdade de Educação.

*It was possible for these students to observe themselves about their knowledge of justice and how the concept of this virtue was achieved. The theoretical foundation is Alasdair Mac Intyre's moral philosophy. This philosopher points to moral disorder in today society and calls our attention to moral emotivism. He considers the Aristotelian virtues in a twenty first century's account as a paradigm for moral living. This is a quality research and its methodology was Sensible Listening as described by Rene Barbier. The data were analyzed according to Laurence Bardin's theory. The results show that students had been gradually changing the emotive concept of justice to the concept of justice as a virtue.*

**Keywords:** Assessing. Ethics. Justice. Moral Education. Emotivism

## ***Evaluación del Aprendizaje de Justicia en Alumnos de Enseñanza Media***

### ***Resumen***

*El aprendizaje de justicia es fundamental para cualquier ciudadano. El problema central de este estudio es poder evaluar como los alumnos de la Enseñanza Media aprenden la virtud de la Justicia. Esta investigación tiene por objeto evaluar como ellos realizan la construcción de esta virtud. Para ello se presenta la propuesta didáctica desarrollada por alumnos del tercer año de la Enseñanza Media que a través de lectura y escritura de textos organizaron su pensamiento y práctica sobre la justicia. Les fue posibilitado observar lo que entendían por justicia y como llegar a un concepto de esta virtud. La fundamentación teórica se basa en la filosofía moral de Alasdair Mac Intyre. Este filósofo señala el desorden moral existente en la sociedad actual y llama la atención para el emotivismo moral. Considera las virtudes aristotélicas bajo una perspectiva dirigida hacia el siglo XXI como un paradigma para la vivencia moral. Ésta es una investigación cualitativa y su metodología fue la Escucha Sensible descrita por Rene Barbier. Los datos se analizaron según la teoría de Laurence Bardin. Sus resultados muestran que los alumnos gradualmente fueron transformando el concepto emotivo de justicia hasta transformarlo en el concepto de justicia como una virtud.*

**Palabras-clave:** Evaluación. Ética. Justicia. Educación Moral. Emotivismo.

### **Introdução**

Avaliar a moralidade não é uma proposta das mais fáceis. Há um relativismo dominante na sociedade sobre ética que dificulta esta tarefa. O que é agir moralmente? O que é ser ético?

Estas e outras perguntas são fundamentais para a pessoa no que diz respeito a suas decisões sobre o que fazer em relação a si mesmo e aos outros. Agir moralmente é sempre uma questão de avaliação de conduta que leva alguém a tomar decisões por

si mesmo com base em valores éticos. A partir da decisão, a pessoa é responsável por suas ações perante os outros de modo que a sociedade seja regida por uma ordem moral. Instala-se a "desordem moral" quando isto não acontece e cada pessoa age conforme suas emoções (MAC INTYRE, 2001), tornando quase impossível a vida ética.

É fácil observar que os alunos de escolas de Educação Básica e Ensino Médio apresentam preconceitos e agem segundo categorias contrárias às virtudes. É comum professores se referirem aos comportamentos de seus alunos como distanciados de valores morais. Muitas são as causas destas manifestações, mas estas não serão aqui avaliadas. Não é infrequente ver alunos que chegam à escola atrasados, não cumprem suas tarefas escolares, tentam enganar colegas e professores e não orientam o seu agir por princípios e virtudes que lhes mostrem o que é certo e o que é errado.

É possível e desejável que o aluno aprenda a refletir sobre a sua impontualidade, e as outras atitudes contrárias ao bom funcionamento da escola, de modo que entenda que, ao chegar atrasado, interrompe a aula do professor e prejudica a atenção dos alunos, o que é uma injustiça para o docente e para os colegas. Estes e outros exemplos de situações injustas e justas estão presentes na vida diária do estudante. Deste modo foi proposto o objetivo para esta pesquisa de se investigar se os alunos de Ensino Médio entendiam justiça segundo a proposta aristotélica e, no caso de não terem atingido esta compreensão, como seria possível que conseguissem aprender esta virtude.

## Fundamentação teórica

Sem pretender alcançar respostas imediatas, Alasdair Mac Intyre (1999, 2001, 2008), filósofo escocês atualmente vivendo nos Estados Unidos onde é professor da Universidade Notre Dame, em Indiana, retoma a ideia de Aristóteles (séc. IV a.C., 2007), concernente às virtudes. A filosofia de Mac Intyre pode fornecer subsídios para uma proposta de ensino da ética no contexto escolar (LINS, 2007) de modo que se realize a aprendizagem nesta área.

Avaliar a moralidade não é uma proposta das mais fáceis. Há um relativismo ético dominante na sociedade que dificulta esta tarefa. O que é agir moralmente? O que é ser ético? Estas perguntas são fundamentais para a pessoa no que diz respeito a suas decisões sobre o que fazer em relação a si mesmo e aos outros. Agir moralmente é sempre uma questão de avaliação de conduta que leva alguém a tomar decisões por si mesmo com base em valores éticos. A partir de uma determinada decisão, a pessoa é responsável por suas ações perante os outros de modo que a sociedade seja regida por uma ordem moral. Instala-se a "desordem moral" (MAC INTYRE, 2001) quando isso não acontece, e cada pessoa age conforme suas emoções o que torna quase impossível ser ético.

É fácil observar que os alunos de escolas de Educação Básica e Ensino Médio apresentam preconceitos e agem segundo categorias contrárias às virtudes. É comum professores se referirem aos comportamentos de seus alunos como distanciados de

valores morais. Muitas são as causas dessas manifestações; todavia, não serão aqui avaliadas. É costume ver alunos que chegam à escola atrasados, não cumprem suas tarefas escolares, tentam enganar colegas e professores e não orientam o seu agir por princípios e virtudes que lhes mostrem o que é certo e o que é errado.

É possível, bem como desejável, que o aluno seja levado a refletir sobre a sua impontualidade, e as outras atitudes contrárias ao bom funcionamento da escola, de modo que entenda que, ao chegar atrasado, pode interromper a aula do professor e prejudicar a atenção dos alunos, o que é uma injustiça para o docente e para os colegas. Esses e outros exemplos de situações injustas e justas estão presentes na vida diária do estudante.

Nesse contexto supracitado, o presente estudo tem objetivo observar como alunos do Ensino Médio podem construir um pensamento ético sobre justiça como a soma de todas as virtudes, isto é, a virtude perfeita (ARISTÓTELES, séc. IV a.C., 2007), com base na virtude prudência, que conduz o homem à reta razão.

Contextualizando a filosofia de Mac Intyre na área da educação, é preciso que o ensino/aprendizagem da ética seja avaliado continuamente de modo que se saiba como está ocorrendo a educação prática das virtudes. Por meio da ética, o homem busca a vida na *polis*.

Segundo Mac Intyre (2001), a desordem moral é motivada pela ausência da tradição, de critérios racionais que possam nortear o homem nas decisões da vida. Observa que a conceituação e a prática das virtudes estão sustentadas na tradição e na história das culturas. Nesta mesma perspectiva, encontramos a preocupação descrita por Arendt (1972) da ideia de que a compreensão do futuro só é possível conforme aquilo que o passado tornou disponível para o presente.

O ensino/aprendizagem da ética deve ser avaliado continuamente de modo que se saiba como está ocorrendo a educação prática das virtudes. Por meio da ética o homem busca a vida na *polis* visando à felicidade e a encontra no bem comum. É esta a ideia de Aristóteles: que o próprio bem se concretize na vivência dos bens compartilhados pelos cidadãos dentro de uma vida política. Estas ideias permanecem atuais e se fazem necessárias para a sociedade no século XXI.

Em obra sobre a natureza do ser humano e suas relações recíprocas na vida social, Mac Intyre (1999) reforça o fato de que o homem é um ser vulnerável e dependente do outro. Esta dependência, aliada à vulnerabilidade, se manifesta no dar e receber, atitudes essas que são características da vida moral. Entendendo estes conceitos, o educador claramente observará a importância do ensino/aprendizagem da ética na escola. No entanto, observa-se como a consideração da ideia da dependência é algo de difícil alcance na sociedade mergulhada no emotivismo. Mac Intyre (2001) explica que emotivismo é uma forma de ética irreconciliável a valores. Emo-

tivismo é a doutrina que explica que os julgamentos avaliativos e mais especificamente todos os julgamentos morais são expressões de preferência, emoções ou sentimentos. A partir dessa concepção, Mac Intyre (2001) diz que o Emotivismo gera a desordem moral. Diante da situação de emotivismo, torna-se praticamente impossível uma avaliação das virtudes.

A educação escolar é responsável pela formação de cidadãos éticos, ou seja, cidadãos que avaliam suas decisões com base nas virtudes. Os fins éticos exigem meios éticos. Por exemplo, se uma sociedade considera a lealdade um fim moral com base na confiança recíproca, certamente o dolo e a crueldade no alcance do referido fim serão excluídos, visto que são considerados imorais.

Ao observar o contexto sociocultural em que se encontra o ser humano hoje, Mac Intyre reflete sobre a situação e chegou a cunhar a expressão "desordem moral". Diante disso, afirma que o exercício das virtudes, em referência a Aristóteles, é a condição para que se ordene a moral atualmente. A proposta deste artigo é avaliar como tal exercício pode ser desenvolvido no contexto escolar, especificamente para o caso da virtude da justiça.

## Metodologia e objeto de estudo

Desde o início da proposta de avaliação da virtude justiça, a pesquisa se realizou conforme a metodologia da Escuta Sensível (BARBIER, 1996). Deste modo, observando os alunos em suas atividades e em conversas com alunos em horário de intervalo, foi possível ouvir diversos exemplos que mostraram a desordem moral. Para muitos adolescentes, receber dinheiro a mais no troco de ônibus não é errado; fazer esforço nos estudos não apresenta vantagem alguma, porque muitos ganham dinheiro sem esforço. A observação dessa desordem moral no contexto escolar foi importante nesta pesquisa, que teve como foco a análise de redações sobre o tema "A justiça", em duas turmas de terceiro ano do Ensino Médio.

A educação sistemática deve contribuir para que essa situação de desordem moral se reverta pelo ensino das virtudes nas diversas disciplinas escolares. Esta pesquisa se volta para a aprendizagem da Justiça no contexto do ensino da Língua Portuguesa. É por meio da vivência das virtudes que o ser humano busca o seu *telos*, ou seja, a sua finalidade.

Foi escolhido, então, trabalhar a aprendizagem de ética em duas turmas do 3º ano do Ensino Médio, numa instituição escolar da rede pública estadual de ensino, localizada na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro. A aprendizagem de ética poderia ter sido trabalhada em outras séries, mas a série em questão foi escolhida pelo fato de o terceiro ano ser a etapa em que se aprofundam os conhecimentos de produção e leitura de textos.

Decidiu-se que a pesquisa teria como foco a virtude justiça. Por que essa virtude e não outra? Aristóteles a considera como a virtude perfeita, a soma total das virtudes (ARISTÓTELES, séc. IV a.C., 2007). Para Mac Intyre (1999), existe uma dependência entre os seres humanos que exige a realização da virtude *justiça*. Essa dependência enriquece a personalidade total do ser humano, na vivência do dar e receber, que são atitudes de vida moral marcadas pela responsabilidade social. Farago (2004), estudando os escritos de Aristóteles, entende que a virtude *justiça* resume todas as outras virtudes, como a coragem, a prudência, a moderação e a honestidade, virtudes essas que, de certa forma, foram indiretamente trabalhadas na presente pesquisa.

Dentre essas virtudes, destaca-se a prudência, por seu papel na prática da justiça na *polis*, ou seja, a sociedade regida por boas leis. A partir da prudência, pensa-se a justiça como virtude perfeita. A leitura de textos escolhidos e a produção de redações dissertativas argumentativas possibilitaram ao aluno desenvolver, com base na prudência, a perspectiva de justiça como virtude perfeita, perspectiva essa que é importante para que se reverta a situação de desordem moral na sociedade..

A prudência é a virtude da excelência moral que leva a conduta humana à reta razão. O homem, ao ser tomado por impulsos descontrolados e irracionais, corre o risco de dirigir tais energias para fins de pouco valor. A virtude prudência, que emerge da razão, mostra os princípios morais nas diversas circunstâncias da vida e permite ao sujeito realizar uma reflexão que oriente o seu agir para o bem. Neste artigo, para que o aluno possa pensar a justiça de forma não marcada pelo Emotivismo, mas sim como uma virtude perfeita, fez-se necessário que ele pudesse julgar situações-problema por meio da prudência.

## A pesquisa empírica – Apresentação e discussão dos resultados

Esta pesquisa realizou uma experiência interpretativa, na intenção de avaliar, com base no *corpus* selecionado, se ocorreu ou não aprendizagem da justiça como virtude perfeita. Ao mesmo tempo, tornou-se possível que os alunos refletissem sobre ética e virtudes. Os debates ocorridos em aula forneceram subsídios para a aprendizagem da justiça como virtude perfeita, a qual é integrante de uma proposta para a educação moral no Ensino Médio, com base na filosofia de Mac Intyre (2001,2008).

Esta pesquisa foi realizada em um colégio da Rede Pública Estadual, especificamente em duas turmas (A e B) do Ensino Médio. Dos 67 alunos que totalizam as matrículas nas duas turmas, foram selecionados, pelo critério da pre-

sença em todos os encontros em que se fez a pesquisa, 31 alunos (A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8, A9, A10, A11, A12; B1, B2, B3, B4, B5, B6, B7, B8, B9, B10, B11, B12, B13, B14, B15, B16, B17, B18, B19). As aulas foram organizadas em cinco etapas que aconteceram durante o segundo semestre letivo. As redações dissertativas argumentativas, que são as fontes para a avaliação da aprendizagem da justiça como virtude perfeita, foram analisadas pela metodologia da *Análise de Conteúdo* (BARDIN, 1977). Foram extraídas duas categorias: "Justiça sob emotivismo" e "Justiça como virtude perfeita" de modo que se pudessem agrupar os dados e em seguida foi feita a análise.

Produzir redações dissertativas argumentativas no Ensino Médio se justifica porque em seus textos os alunos não devem apenas expor ideias, mas também analisar determinado problema da realidade sob vários ângulos e, ao mesmo tempo, argumentar em defesa de uma determinada fundamentação. Essa é a justificativa sumária da produção de texto dissertativo-argumentativo no terceiro ano do Ensino Médio. Silva e Pereira (2007) distinguem dissertação expositiva da argumentativa da seguinte forma:

Enquanto, na dissertação expositiva, explanam-se ideias com que se discorda ou concorda, sem tentar convencer o leitor das vantagens e das desvantagens do que se propõe [...]; na argumentativa, fica claro o propósito de formar opinião, de demonstrar as inconveniências de determinado sistema e de valorizar um outro procedimento ou processo, tudo isso acionando um elenco de argumentos a partir dos quais se apoiarão as proposições expressas (SILVA; PEREIRA, 2007, p.15)

É de suma importância saber que as produções textuais feitas pelos alunos não-constituíram objeto de avaliação para fins de notas escolares. Caso fossem avaliadas com esse propósito, haveria o risco de os alunos produzirem os textos condicionados por este indicador.

As redações dos alunos foram consideradas por eles como exercício. Para os fins da presente pesquisa, trata-se da avaliação da existência ou não de aprendizagem da justiça como virtude perfeita.

Na etapa 1, foi pedido que os alunos redigissem um texto dissertativo-argumentativo, de 25 a 30 linhas a fim de se avaliar o que eles pensavam sobre a justiça. Pelas leituras das redações, foram coletadas 22 incidências do pensamento emotivista sobre justiça. Três redações não apresentaram incidências, visto que não atenderam ao tema proposto. As incidências são vistas no quadro seguinte.

Quadro 1 – Resultados das incidências na Redação 1 (R1). Os alunos A5, B16 e B5 não atenderam ao objetivo do tema proposto, apresentando incidência  $\emptyset$  nas redações quanto ao desenvolvimento de ideias sobre a justiça.

JUSTIÇA SOB O EMOTIVISMO	JUSTIÇA COMO VIRTUDE PERFEITA
morrer na cadeia B10	correção B18, B19
depende de cada um B6	cumprir as leis A7, B1, B9, B12
justiça injusta A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8, A9, A10, A11, A12; B1, B2, B3, B8, B11, B14, B15, B17	franqueza B7
matar os criminosos A1	lutar pelos direitos A7, B1, B2
perda de sentido A2	mérito B4
	não à violência para fazer justiça B7, B13
22	13

Fonte: Os autores, (2012).

Na análise do conteúdo das redações produzidas nessa primeira etapa, verificou-se a presença do Emotivismo no desenvolvimento das ideias sobre o tema proposto. Ao argumentar sobre a justiça, observou-se que a maior parte dos alunos das duas turmas desenvolveu as reflexões de forma imprudente. Em muitos casos, os pensamentos sobre justiça não estiveram fundamentados na razão e nas virtudes, mas sim na preferência pessoal, o que é um indicador do Emotivismo. Para fins de exemplificação, alguns trechos de redações dos alunos pesquisados foram transcritos a seguir. Outras transcrições poderiam ser apresentadas abaixo, mas as escolhidas já podem ajudar na compreensão da ausência do pensamento prudente sobre a justiça nas turmas pesquisadas, o que representa um desordenamento da moralidade.

(R1 / A1) - A justiça não é muito justa. As pessoas colocam alguma situação na justiça para ver se alguém está na lei ou não. A justiça para os ladrões, sequestradores e matadores significa cadeia elétrica. Num julgamento entre o pobre e o rico, este sempre leva vantagem.

(R1 / A2) - A palavra justiça perdeu o sentido. Nem todos os culpados pagam por seus atos. Quando a justiça é feita, punem-se os inocentes. O termo justiça deveria nos passar segurança e tranquilidade. A justiça, direito e dever de todos, perdeu sentido para os grandes políticos, empresários e pessoas de cargos superiores. A justiça é ineficiente. Esperamos que a justiça deixe de ser utópica e se torne real.

(R1 / B3) - As pessoas que constituem a justiça dos Brasil são corruptas. Policiais, juizes, advogados, delegados, promotores, todos constituem a força judiciária do Brasil. Muitos desses profissionais, principalmente os que são assalariados pelo estado, recebem salários indignos e injustos. Com isso, a probabilidade



de corrupção é grande. Mudanças devem ser feitas como, por exemplo, operações policiais dentro do próprio sistema para prender corruptos para que a população tenha um sistema judiciário mais verdadeiro e justo, pois a "justiça" não merece tanta corrupção. (R1 / B17) – Será que as decisões do Poder Judiciário estão corretas ou a justiça não é feita? O consenso de que a Justiça não funciona é errôneo de certa forma, porque depende se a pessoa foi prejudicada ou não por ela. É uma questão de ponto de vista de quem está analisando o que está sendo julgado para o reparado do dano. Nem sempre o que a Justiça decide pensando ser o correto é correto ou parece bom para as pessoas.

A aula, na qual se planejou a etapa 2, foi desenvolvida com base em leituras de textos (AQUINO, 2001) e discussões entre os alunos. A ideia era que os alunos relacionassem os conteúdos dos textos selecionados com a ideia de justiça. Enquanto os alunos entendiam a justiça como sentimento de punição ("colocar os bandidos na cadeia", "matar os estupradores" (sic)), procurou-se que entendessem que tais argumentos não eram convincentes, pois estavam calcados em ideias generalizantes, sem qualquer reflexão crítica e prudente. Essa postura é caracterizada para os alunos poderem entender a justiça como virtude perfeita, no sentido aristotélico de justiça geral ou universal.

É necessário lembrar que as teorias filosóficas de Mac Intyre e de Aristóteles não foram expostas em aula, visto que este não é o conteúdo da matéria de língua portuguesa, nem do objetivo desta pesquisa.

De início, foi feita a primeira leitura dos textos "Os coitadinhos" (anexo texto 1) e "Fascismo social no país do sociólogo" (anexo texto 2). Logo depois, procedeu-se a segunda leitura, chamada leitura responsiva ou de progressão temática. Trata-se do levantamento do tópico frasal (ideia central) de cada parágrafo, dos implícitos, dos pressupostos, dos argumentos pertinentes e das teses defendidas. Todos os alunos da turma A e alguns da B se exaltaram com a omissão do juiz titular Otávio Augusto Barros Filho (texto 1), que, segundo o autor do artigo de opinião, Clóvis Rossi, negou a eficácia da transferência e isolamento dos líderes do PCC. Os alunos tiveram um tempo de 5 minutos dado pelo professor para responder às questões propostas sobre os dois textos. Depois disso, o professor fez a correção comentada das questões.

Em seguida, com base no entendimento dos dois artigos de opinião e no que foi levantado na redação 1, discutiu-se na turma o conceito de justiça, baseado na prudência e, conseqüentemente, no mérito, no equilíbrio, no respeito à lei como um hábito em prol do bem da comunidade. Além da prudência, algumas virtudes relacionadas à *justiça* foram listadas no quadro, tais como perseverança, coragem, temperança e honestidade. Os alunos das turmas A e B entenderam que a honestidade se enquadrava no texto 2 "Fascismo social no país do sociólogo". A2 disse que o autor do texto 1 defendia uma falsa piedade. Cada virtude foi analisada com base na leitura de outros textos, como se vê a seguir.

Em relação à virtude perseverança, foi lido o texto "A tartaruga e a lebre", de Esopo. Alguns conheciam a fábula, mas não sabiam quem era o autor. B8 perguntou o que é fábula, o que foi respondido imediatamente. A9, que não conhecia a fábula, disse que a história da tartaruga e da lebre serviu para o contexto da própria vida, pois ela havia pensado em desistir da prova de vestibular da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Segundo B9, a fábula fez repensar os próprios conceitos, principalmente o de enfrentar as dificuldades, sem medo, em busca do objetivo pretendido. "A justiça será feita se eu perseverar e alcançar o meu objetivo", disse B9.

Observou-se que, na turma A, em virtude da prova de química, que seria aplicada logo após a aula de Língua Portuguesa, alguns alunos ficaram dispersos na aula, atrapalhando outros. Diante disso, fez-se uma pausa na aula para um comentário conforme o que estava sendo discutido em aula:

Se o aluno realmente quer boas notas, o justo é fazer os exercícios e estudar previamente; agora, a aula é de Língua Portuguesa; não adianta tirar uma boa nota numa matéria e deixar de praticar os exercícios da outra; o tempo de estudar para Química foi nos tempos definidos para a disciplina (escola e casa); estamos em exercício de interpretação de texto; não é justo deixar de aprender a Língua Portuguesa e, pior, atrapalhar quem quer aprender.

Em seguida, foi lido com os alunos o texto 4 (anexo), a fábula "O leão e o ratinho", de Monteiro Lobato, com o objetivo de refletirem sobre a virtude coragem. Nessa fábula, embora o leão tivesse piedade em não matar o ratinho, Aristóteles não considera piedade como virtude, pois o ser piedoso não se encontra nos escritos de *Ética a Nicômaco*. Essa é uma virtude que não se encontra no rol de virtudes propostas por Aristóteles (séc. IV a.C., 2007). Mas A1, A6, A7, B17, B19 consideraram a piedade uma forma de ser justo. Pareceu-me que os alunos ficaram "com pena" do ratinho. Esse sentimento de pena parece resolver muitas questões polêmicas nos dias de hoje, revelando a presença do Emotivismo. A12 disse que a relação entre a lebre e a tartaruga, bem como entre o ratinho e o leão, pode remeter à situação de desigualdade social, muito comum no Brasil. O mesmo aluno comparou as fábulas com os artigos de opinião lidos anteriormente. B5 comentou a coragem do rato ao salvar o leão e explicou a falta de justiça em alguém desdenhar dos fracos. Mais uma vez, B9 disse que a história do leão e do ratinho, assim como a da lebre e da tartaruga, serviu para ilustrar o seu problema de desmotivação em relação ao vestibular da UFRJ.

Três reportagens<sup>1</sup> foram selecionadas para fins de promoção de debates em sala de aula. Foi iniciada a reprodução do documentário "Perigo na rua", (Fantástico TV Globo, RJ),

---

1 As reportagens "Perigo na rua" e "Saúde, qualidade de vida" foram gravadas em mídia DVD +RW (disco regravável), direto do sinal da emissora; reportagem "Corrupção em São Gonçalo" tem como fonte o pacote de 2 discos DVD comercializáveis, intitulado Fantástico 30 anos, lançado pela Som Livre e Globo Marcas, em 2003.

a fim de se discutir a prudência, considerada por Aristóteles (séc. IV a.C., 2007) como virtude intelectual, importante para pensar a justiça como virtude perfeita. A reportagem trata da falta de responsabilidade dos pais que permitem filhos menores de idade dirigir carro. A4, A9, B11 e B18 disseram que já sabiam dirigir, embora não tivessem a documentação necessária. Ainda assim, ao serem questionados, reconheceram a irresponsabilidade daqueles que permitiam os menores na direção, conforme a reportagem.

Em relação ao conceito de justiça voltado para moral, os alunos comentaram a falta de prudência não dos menores, mas dos pais: "os pais que permitem os filhos usarem o carro são irresponsáveis", (A3), que antes estava dispersa na aula, provando que havia entendido o conceito de justiça no contexto da aula, ou seja, não "matar aula" dentro da aula. Alguns alunos disseram que os pais que permitiram os filhos dirigirem são irresponsáveis e que a reportagem poderia ser enquadrada no critério de "irresponsabilidade". B18 censurou a atitude de uma mãe, no início da reportagem, que chamou a menor infratora de "louca". Segundo B18, a mãe agiu "no calor da emoção" (sic). Isso já pode sugerir que o aluno pensou a justiça de forma prudente. B18 disse ainda que "não se deve julgar o próximo de forma precipitada". Ao serem indagados sobre qual seria a atitude justa a ser tomada diante da situação narrada na reportagem, houve nas duas turmas multiplicidade de respostas. Destaca-se a resposta de A5:

Pensar a justiça na reportagem não é só condenar pela lei, porque isso não traz a vida das aposentadas de volta, os pais deveriam ter pensado primeiro, não permitindo que os filhos usassem o carro, porque os pais são os primeiros irresponsáveis.

Esse comentário foi ampliado, dizendo-se que ser prudente no trânsito é ser responsável, e isso leva ao bem comum, ou seja, à justiça.

Para a discussão da virtude temperança, foi reproduzido o fragmento do Globo Repórter "Saúde, qualidade de vida" (TV Globo, RJ). Os alunos entenderam bem como se desenvolve um espírito moderado após o debate sobre alimentação. Os alunos das duas turmas pediram que a reportagem fosse reproduzida na íntegra. A reprodução foi feita numa data separada das etapas da pesquisa empírica. B7 comentou a importância da alimentação saudável, sem exageros: "depois que vi a reportagem em aula – eu perdi quando passou na televisão –, passei a me preocupar com a minha saúde, procurando comer menos besteira (sic)". Interessante notar que A8, sem conhecer a teoria das virtudes de Aristóteles, comentou a relação entre o excesso e a escassez na alimentação. O professor comentou o hábito alimentar, que deve ser equilibrado, moderado, para que se mantenha o corpo saudável. A5 perguntou se o vídeo sobre saúde poderia também ser enquadrado na virtude "prudência", ou seja, no comportamento de não comer qualquer coisa. As duas turmas foram unânimes na discussão sobre fazer justiça ao próprio corpo. Essa ideia pode ser comparada com o fato de o indivíduo não ter autocontrole eficiente, visto que voluntariamente prejudica a si mesmo e sofre injustiça (ARISTÓTELES, séc. IV. a.C., 2007).

Em seguida, foi exibida a reportagem "Corrupção em São Gonçalo," produzida pelo (Fantástico, TV Globo, RJ), em 21 de abril de 2004. Depois da exibição, os alunos ficaram perplexos com o documentário. A1 chamou, com base no vídeo, os políticos de ladrões: "são tudo ladrão" (sic). Sobre essa última fala de A1, para fins de produção de argumentos convincentes, o professor comentou que não se devem fazer generalizações no texto dissertativo-argumentativo. Foi comentado que fazer justiça, no caso da reportagem exibida, não é simplesmente cumprir a lei de forma alienada, sem reflexão sobre ela.

Segundo os alunos, as pessoas devem se envolver nos assuntos políticos para cobranças futuras. Para B2, "as pessoas devem estudar cada vez mais, conhecer mais, para não serem enganadas". B9 disse que "não ter educação é sofrer a injustiça, porque não há condições de lutar pelos direitos sem uma boa educação". Além disso, percebeu-se que os alunos entenderam que não cometer crime, como denunciado na reportagem, é viver em honestidade, em moderação e ser modesto, o que demonstra a prudência no cotidiano. B6 concluiu que:

O homem , no geral , deve ser honesto , se contentar o que tem; se quiser mais , deve-se buscar mais , trabalhando, estudando; com esses políticos , não há justiça , porque muita gente fica sem , como você leu nos argumentos do "Fascismo social no país do sociólogo".

Pela leitura dos textos selecionados, foi observado que os alunos procuraram levantar hipóteses de como desenvolver, com base nas virtudes propostas acima, a justiça como virtude perfeita, a fim de que fossem propostas soluções.

Na etapa 3, o professor pediu que os alunos redigissem a segunda versão do texto dissertativo-argumentativo "A justiça", na qual os alunos argumentaram sobre o tema com base nas conclusões feitas na aula anterior. Os alunos das duas turmas não consultaram a primeira versão e alguns alegaram que a haviam esquecido em casa. Todos aqueles que foram selecionados para esta pesquisa empírica entregaram a redação ao final da aula. B8 não atendeu ao tema, apresentando incidência zero sobre o conceito de justiça, visto que apresentou somente situações sem mostrar algum pensamento sobre o entendimento de justiça. A leitura dos textos produzidos pelos alunos resultou nestas incidências categorizadas:

Quadro 2 – RESULTADOS DAS INCIDÊNCIAS NA REDAÇÃO 2 (R2). B8 não atendeu ao objetivo do tema proposto, apresentando incidência  $\emptyset$  na redação quanto ao desenvolvimento de ideias sobre a justiça.

JUSTIÇA SOB O EMOTIVISMO	JUSTIÇA COMO VIRTUDE PERFEITA
morrer na cadeia B16 justiça injusta A3, A4, B5, B10, B11, B15 piedade A1, A6, A7, B17, B19	perseverança A1 coragem A1, B19 prudência A1, A5, A6, A7, B1, B7, B9, B12, B13 vai além das leis A2, A8, A9, A10, A11, B2, B6, B9, B17, honestidade A5, A7, A8, A11, A12, B1, B3, B7, B17, mérito A8, A9, B2, B3, B4, B6, B14, B17, B18, não tardia B7
12	40

Fonte: Os autores (2012).

Esses resultados mostram que a maior parte dos alunos desconstruiu paulatinamente o pensamento de justiça na perspectiva do Emotivismo e passou a construir o pensamento justiça como virtude perfeita. A1, A2, A5, A6, A7, A8, A9, A10, A11, A12, B1, B2, B3, B4, B6, B7, B9, B12, B13, B17, B14, B18, B19 mostraram que justiça é feita não com as próprias mãos, mas, segundo a prudência, com a esperança de que as leis sejam obedecidas, de que o diálogo seja permanente e de que a honestidade esteja presente na conduta do cidadão. Esta avaliação mostra a grande importância que tem a educação moral dos valores éticos na instituição escolar. Algumas transcrições das redações analisadas merecem destaque e exemplificam o processo da aprendizagem da justiça como virtude perfeita:

(R2 / A2) – Quando ouvimos a palavra justiça, pensamos imediatamente em políticas, leis, etc., mas o assunto abordado vai além disso. A justiça se faz presente até mesmo no nosso dia-a-dia. O preconceito, por exemplo, é um tipo de injustiça. As pessoas são julgadas melhores ou piores que as outras, num lugar onde ter significa mais que o ser.

(R2 / A5) – Justiça não é apenas seguir as leis. Ela não é feita para acabar com a violência, acabar com a corrupção na política. Para fazermos justiça, devemos ser honestos e prudentes com nós mesmos e com as pessoas.

(R2 / B6) – Muitas pessoas pensam que a justiça é o cumprimento das leis. Não é apenas isso. Justiça também pode ser igualdade de direitos e deveres, é fazer com que a distribuição de diversos tipos de recursos sejam iguais entre todos. Em uma sociedade igual à brasileira, falar de justiça às vezes soa como piada porque é comum o conceito de que as leis são a única forma de justiça e, assim, o pensamento adequado se torna esquecido. Seria melhor se esse

conceito incluisse algo além das leis, por exemplo, a situação das áreas onde há desigualdade, corrupção ou mesmo preconceito. A justiça não é feita apenas quando a lei é cumprida. Ela existe quando, na sociedade, os direitos e deveres são feitos e garantidos aos cidadãos.

(R2 / B19) – Consciência e piedade. Coragem para perdoar ou admitir o que fez de errado. Tudo isso é justiça. A justiça depende da coragem, porém a injustiça também. O ser humano deve ser corajoso e justo. É fazer o que é bom. É não prejudicar alguém.

Na R1, foi observado que a justiça é uma instituição que julga de forma injusta, porque todos os ricos são beneficiados, e os pobres vão para a cadeia e também fazer justiça é "cumprir-la com as próprias mãos", "mandar os assassinos para a cadeira elétrica", "entendida segundo a opinião de cada um". É possível que esses pensamentos imprudentes tenham sido motivados pela situação de desordem moral na atualidade. Por outro lado, os alunos, na R2, começaram a pensar prudentemente a justiça como virtude perfeita, como se vê nas incidências levantadas, o que pode reverter a situação de desordenamento da moralidade.

Prosseguindo a pesquisa, a etapa 4 foi caracterizada pelos comentários das produções dos alunos concernente ao progresso da argumentação deles sobre o tema proposto.

Além disso, foi pedido, numa simulação de perguntas e respostas, que cada aluno contasse uma situação considerada de injustiça e que desse a respectiva solução, com base na justiça, conforme havia sido refletido nas aulas da etapa 2. Com o consentimento dos alunos, a dinâmica foi gravada. Observou-se nesta etapa 4, que ainda havia alunos sugerindo soluções baseadas na justiça conforme a prática do Emotivismo. Um exemplo que aborda a justiça comutativa ou voluntária é o diálogo entre o professor e B6, que, na R2, havia pensado a justiça como algo injusto:

B6 – Fui comprar um negócio no mercado e tavam (sic) faltando centavos, uns quinze centavos, por aí. A mulher não me deixou levar o produto por causa dos quinze centavos. Aí eu achei muito absurdo. Quando eles estão sem troco, a gente tem que aceitar numa boa (sic).

Professor – Você acha que o problema da sua falta de dinheiro é justificado pela falta de troco de outra pessoa? Um erro pode justificar um outro erro?

B6 – Acho que não.

Professor – É claro que ficou faltando por pouco. Talvez a caixa não quisesse se responsabilizar pela falta dos quinze centavos. Qual seria uma solução justa para não se repetir essa situação?

B6 – Deixar passar.

Professor – Não seria melhor fazer um planejamento de levar a quantia certa?

B6 – É verdade. Vou me policiar nisso então.

Finalmente, na etapa 5 os alunos redigiram a terceira versão do texto dissertativo-argumentativo "A justiça". As versões anteriores não foram consultadas e a redação foi entregue no final da aula. O quadro seguinte apresenta as inferências que foram categorizadas.

Quadro 3 – RESULTADOS DAS INCIDÊNCIAS NA REDAÇÃO 3 (R3). Os alunos B1, B5 e B16 não atenderam ao objetivo do tema proposto, apresentando incidência  $\emptyset$  nas redações quanto ao desenvolvimento de ideias sobre a justiça.

JUSTIÇA SOB O EMOTIVISMO	JUSTIÇA COMO VIRTUDE PERFEITA
justiça injusta B10, B11, B15, B19 matar os criminosos B2 piedade B12	perseverança A5, A9 coragem B9 prudência A1, A3, A5, B4, B13, B14, B17, A2, B7, B18 vai além das leis A1, A7, A10, B15 honestidade A1, A4, A6, A7, B9 mérito A8, A9, A10, A11, B3, B4, B6, B8, B12, B15 responsabilidade A11, A12
6	34

Fonte: Os autores (2012).

Houve três redações de incidência zero, pelo mesmo motivo apresentado anteriormente: os textos não trazem quaisquer conceitos sobre o entendimento de justiça.

Os alunos A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8, A9, A10, A11, A12, B3, B4, B6, B7, B8, B9, B12, B13, B14, B15, B17, B18, B15 passaram a construir prudentemente o pensamento sobre a justiça como virtude perfeita. As transcrições selecionadas das redações produzidas elucidam a aprendizagem da justiça como virtude perfeita:

(R3 / A7) - A justiça é um fator primordial para diferenciar o ser humano. A justiça não é só seguir as leis dadas para os homens. Ela trata do caráter, honestidade, honra, dignidade, entre outras coisas.

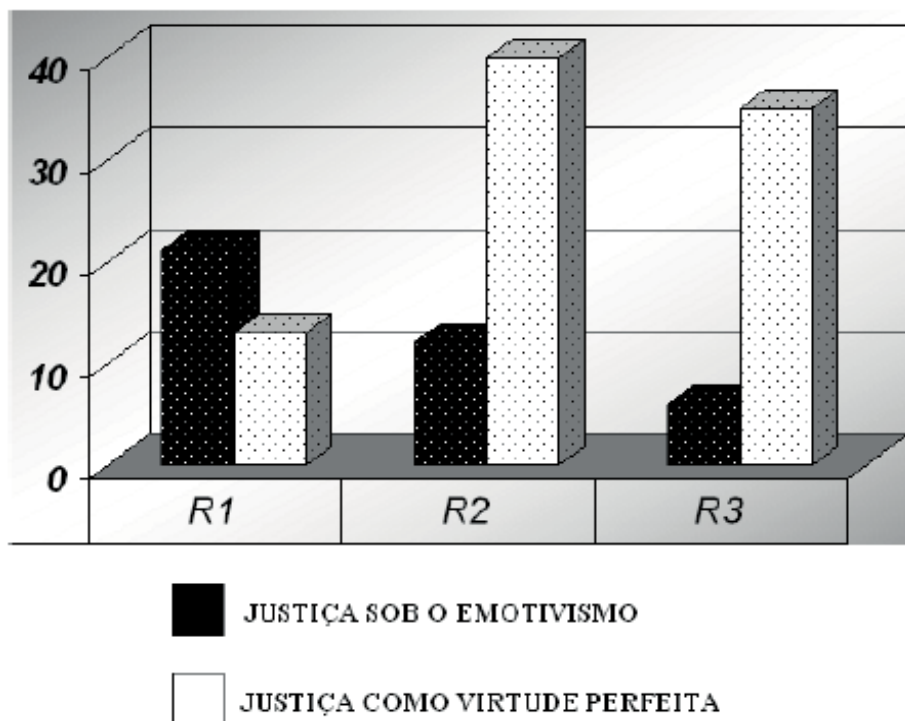
(R3 / A11) - Pode-se definir justiça como algo que possua equilíbrio em determinadas situações para que não haja favorecimento de nenhuma parte. É fazer o que é certo, estar dentro da lei. É possível ser justo consigo mesmo. Ser justo é também não se aproveitar de outras pessoas. Ser justo é ter responsabilidade.

(R3 / B9) - A justiça só acontece quando uma pessoa não é desonesta com a outra. Para uma vida digna é preciso força, coragem e perseverança para lutar contra a injustiça. Pois essas virtudes são fontes progressivas, cujos resultados serão positivos, proporcionando a felicidade ao indivíduo, pelo fato de ele ter sido honesto e trabalhador.

(R3 / B13) - Há vários modos de se entender a justiça legitimada (burocrática, formal) e a justiça moral (dependente da consciência do certo ou errado). As justiças são diferentes, mas o fundamento é o mesmo: a consciência. A justiça legitimada faz com que o culpado seja penalizado seriamente.

As R1, R2 e R3 mostram que os alunos desconstruíram o pensamento da justiça conforme o Emotivismo e construíram o pensamento da justiça como virtude perfeita. O gráfico abaixo mostra a evolução da aprendizagem da virtude justiça:

Quadro 4 – Resultado geral da aprendizagem da justiça como virtude



Fonte: Os autores (2012).

Esta avaliação mostra que todas as etapas foram eficazes para que os alunos construíssem a aprendizagem da justiça como virtude perfeita.



Foram ouvidos os alunos B10 e B11, que não apresentaram incidências da justiça como virtude perfeita em nenhuma das três redações, depois da entrega da R3. Eles disseram que não haviam prestado atenção nas aulas, mas que entenderam bem o conteúdo sobre argumentação em textos dissertativos e as ideias debatidas em aula.

B2, B12 e B19, que, na R2, apresentaram incidências de justiça como virtude perfeita, o que não aconteceu na R3, também foram ouvidos. Eles também haviam feito confusão nos argumentos e disseram que entenderam bem as ideias debatidas em aula e que concordaram com as mesmas.

B15, que, na R3, não havia apresentado incidências de justiça como virtude perfeita, disse o seguinte: "não estou naqueles dias de escrever" (sic). Foi dito a ele que a produção de textos não é um trabalho de inspiração, mas sim de esforço, o que o levou a refletir sobre a atividade proposta. Embora B15 não tenha tido vontade de redigir a R3, disse que também concordava com as ideias debatidas em aula sobre a justiça.

Na sociedade atual, é frequente se observar a presença do Emotivismo no que se relaciona à prática da ética e da vida de valores. Observou-se que há oscilações entre o conceito de virtude, e novas interpretações da ética são feitas para que cada um considere o que é bom para si mesmo, ainda que essa preferência fira os preceitos éticos da ordem moral e na realidade evidenciam o Emotivismo. A desordem moral é o quadro que é apresentado em pleno século XXI por autores como Mac Intyre (2001), no que se refere à prática da ética e vivência das virtudes, o que nos motivou a realizar esta pesquisa, com o objetivo de oferecer uma avaliação do pensamento de alunos do Ensino Médio concernente à virtude da justiça.

A avaliação sobre o significado e a evolução da virtude da justiça, feita em duas turmas (A e B) do Ensino Médio, em uma escola da rede pública estadual de ensino, foi dividida em cinco etapas: produção da primeira redação (R1) para verificar o que os alunos pensam sobre a justiça; análise de textos e debates sobre o tema em aula, bem como os comentários sobre as redações; produção da segunda redação (R2) sobre o mesmo tema; comentários sobre as redações e produção de dinâmica em aula, isto é, como os alunos solucionariam situações injustas com base no que foi discutido no encontro anterior à produção da R2; e produção da terceira redação (R3) sobre a justiça e nos permitiu construir um quadro da situação.

Estabelecemos duas categorias para a análise das redações: (a) "justiça sob Emotivismo" e (b) "justiça como virtude perfeita". Da R1 até a R3, tivemos o crescente número de incidências sobre a justiça como virtude perfeita, como se vê no quadro seguinte:

Quadro 5 – Levantamento geral das incidências nas R1, R2 E R3. Segundo os resultados, houve a aprendizagem da justiça como virtude perfeita, antes entendida conforme o Emotivismo.

REDAÇÕES	JUSTIÇA SOB O EMOTIVISMO	JUSTIÇA COMO VIRTUDE PERFEITA
R1	21 incidências	13 incidências
R2	12 incidências	40 incidências
R3	6 incidências	34 incidências

Fonte: Os autores (2012).

Nesta conclusão, ressaltamos que foi possível confirmar a hipótese de que a leitura de textos escolhidos (etapa 2) e produção de redações dissertativas argumentativas (etapas 1, 3 e 5) ajudam o aluno a desenvolver prudentemente um pensamento de justiça como virtude perfeita, pensamento esse que é importante para que se reverta a atual situação de desordem moral.

Da R1 até R3, houve decrescente incidência da “justiça segundo o Emotivismo”, conforme se vê no quadro anterior, em que o número de incidências dessa categoria diminuiu consideravelmente. Pela avaliação das redações, os alunos passaram a pensar na obediência às leis não de forma emotiva ou por medo de punição, mas como uma prática decorrente das virtudes visando o bem comum. Além disso, os alunos entenderam que justiça não deve ser feita com as próprias mãos e que nem todas as pessoas são corruptas.

## Conclusão

Esta pesquisa se revelou muito interessante e produtiva, pois nos permitiu observar a deficiência dos alunos de Ensino Médio quanto à compreensão da virtude Justiça e ao mesmo tempo, devido ao trabalho realizado, foi possível que estes chegassem ao entendimento desta. A questão do Emotivismo se impunha desde o início e a passagem para o plano racional, proposta tanto por Aristóteles como por Mac Intyre se mostrou viável por meio das redações e discussões.

Por meio das aulas de redação, os alunos entenderam que não se devem fazer dissertações argumentativas sem reflexão crítica e que, principalmente, a justiça é uma virtude a ser vivida, uma virtude completa e perfeita. Os professores podem refletir a partir dos resultados discutidos acima e então irão entender que os jovens podem raciocinar de forma inadequada por falta de experiência. No caso da vivência das virtudes, e principalmente da virtude Justiça, ainda que raciocinem adequadamente, muitas vezes os jovens podem ser guiados por emoções não disciplinadas. Diante das conclusões observadas, cada vez mais se tem a certeza de que a Educação Moral na adolescência se torna necessária, como também o é na infância.

Esta pesquisa avaliou a progressiva aprendizagem da justiça e indica que é possível ensinar ética aos alunos. Os quadros apresentados e discutidos permitem aos educadores uma boa compreensão da diferença entre a postura emotivista e a real vivência da virtude Justiça a partir de paradigmas da sociedade em vez das emoções pessoais.

A reflexão, que é uma atitude prudente, torna-se indispensável na solução de conflitos do cotidiano, sob pena de o ser humano cada vez mais estar imerso no desordenamento da moralidade e viver sob o Emotivismo substituindo a prática da ética.

Finalizando, ressaltamos que a avaliação da aprendizagem da virtude da justiça é um exemplo que pode e deve ser multiplicado para as demais virtudes, de maneira que os alunos não se tornem submissos ao emotivismo e venham a construir a ética racional.

## Referências

AQUINO, R. *Interpretação de textos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ímpetus, 2001.

ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ARISTÓTELES (séc. IV a.C.). *Ética a Nicômaco*. 21. ed. São Paulo: Edipro, 2007.

BARBIER, R. *L'Approche transversale: l'écoute sensible em sciences humaines*. Paris: Ed. Anthropos, 1996.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 1977.

FARAGO, F. *A justiça*. São Paulo: Manole, 2004.

LINS, M. J. S. C. *Educação moral na perspectiva de Alasdair Mac Intyre*. Rio de Janeiro: Ed. Access, 2007.

MAC INTYRE, A. *Dependent rational animals: why human beings need the virtues*. 2nd. ed. Illinois: Open Court Ed., 1999.

\_\_\_\_\_. *Depois da virtude: um estudo em teoria moral*. 2. ed. São Paulo: EDUSC, 2001.

\_\_\_\_\_. *Justiça de quem?: qual racionalidade?*. 3. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

SILVA, M. E. B.; PEREIRA, C. da C. *Leitura e produção de textos: capacitação de professores*. Rio de Janeiro: Cesgranrio, 2007.

## Anexos

### Texto 1

#### Os coitadinhos

SÃO PAULO – Anestesiada e derrotada, a sociedade nem está percebendo a enorme inversão de valores em curso. Parece aceitar como normal que um grupo de criminosos estenda faixas pela cidade e nelas fale de paz. Que paz? Não foram esses mesmos adoráveis senhores que decapitaram ou mandaram decapitar seus próprios companheiros de comunidade durante as recentes rebeliões?

A sociedade ouve em silêncio o juiz titular da Vara de Execuções Penais, Otávio Augusto Barros Filho, dizer que não vai resolver nada a transferência e isolamento dos líderes do PCC (Primeiro Comando da Capital ou Partido do Crime). Digamos que não resolva. Qual é a alternativa oferecida pelo juiz? Libertá-lo todos? Devolvê-los aos presídios dos quais gerenciam livremente seus negócios e determinam quem deve viver e quem deve morrer?

Vamos, por um momento que seja, cair na real: os presos, por mais hediondos que tenham sido seus crimes, merecem, sim, tratamento digno e humano. Mas não merecem um micrograma que seja de privilégios, entre eles o de determinar onde cada um deles fica preso.

Há um coro, embora surdo, que tenta retratar criminosos como coitadinhos, vítimas do sistema. Calma lá. Coitadinhos e vítimas do sistema, aqui, são os milhões de brasileiros que sobrevivem com salários obscenamente baixos (ou sem salário algum) e, não obstante, mantêm-se teimosamente honestos. Coitadinhos e vítimas de um sistema ineficiente, aqui, são os parentes dos abatidos pela violência, condenados à prisão perpétua que é a dor pela perda de alguém querido, ao passo que o criminoso não fica mais que 30 anos na cadeia. Parafraseando Millôr Fernandes: ou restaure-se a dignidade para todos, principalmente para os coitadinhos de verdade, ou nos rendamos de uma vez à Crime Incorporation. (Clóvis Rossi – *Folha de São Paulo*, 25/01/01)

### Texto 2

#### Facismo social no país do sociólogo

A definição dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil está no artigo 3º de nossa Constituição. São todos de grande nobreza e esperança. Valem como pólos de concentração ideal para o povo, como destinos a serem alcançados pelo Brasil, na permanente viagem de nossos sonhos. O primeiro desses objetivos consiste em realizar uma sociedade livre, justa e solidária. Para ser livre, a sociedade terá liberdades públicas asseguradas a todos. Cidadania livre é cidadania sem intervenção excessiva do poder. No país das medidas provisórias, o cidadão acorda tolhido, dia após dia, com e sem "apagões" e "caladões". Para que a sociedade possa ser tida por justa, é necessário diminuir as distâncias sociais, com pobres menos pobres. Depois

que a moeda se estabilizou, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, honra seja feita, houve melhora nesse campo, mas o Brasil ainda é dos mais atrasados no mundo na satisfação das necessidades sociais do ser humano.

A solidariedade proclamada no texto constitucional deve ser espontânea, colhida na consciência de cada um e, pelo menos, da população mais aquinhada em favor dos que têm pouco. A solidariedade do artigo 3º da Constituição precisa, porém, ser catalisada pelo Estado para o trabalho espontâneo em favor dos menos favorecidos. O objetivo social exigirá da administração pública e de seus funcionários que atuem em favor dos cidadãos, com eles e não contra eles, como se os considerassem inimigos. O desenvolvimento nacional, segunda das grandes metas do país, tem ido bem no plano econômico. Progredimos em termos materiais, mas não o quanto baste.

O terceiro e o quarto objetivos fundamentais, previstos no artigo 3º, são projetos de um sonho estratosférico. Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir desigualdades sociais e regionais é trabalho para séculos. Não há nação do mundo sem faixas de miserabilidade – nem as mais ricas. A promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação carece de remédio forte, como criminalização das condutas contrárias. Sem a ameaça grave de sanções, a cobra raivosa do preconceito continuará agindo no coração de muitas pessoas.

A Carta proíbe a discriminação entre homem e a mulher, o ( artigo 5º, I, e artigo 226, parágrafo 5º), contra as liberdades fundamentais e a prática do racismo ( artigo 5º, incisos XLI e XLII). No trabalho, veda distinções quanto ao salário, ao exercício de funções e aos critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (artigo 7º, inciso XXX). O sociólogo português Boaventura de Souza Santos, professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, falando recentemente a esta *Folha*, verberou a polarização da riqueza em muitos países, inclusive no nosso, em condições parecidas com a dos Estados fascistas tradicionais. Exemplificou com grupos criminosos que substituem o Estado em certas regiões (vide o PCC) e com a parte corrupta da polícia, colaboradora do crime organizado, não sabendo onde acaba a administração pública e começa a sociedade.

Boaventura lembra a incapacidade de redistribuição da riqueza, permitindo que o capitalismo opere contra o pobre, e não a favor dele. Chama essa situação de fascismo social. Neste país, presidido por um sociólogo, precisamos meditar sobre as insuficiências gerais e as do direito em particular, afirmadas pelo sábio sociólogo português. Meditar para corrigi-las.

(Walter Ceneviva – *Folha de São Paulo*, 16/06/01)

**Texto 3****A tartaruga e a lebre**

A lebre estava caçoando da lerdeza da tartaruga. A tartaruga se abespinhou e desafiou a lebre para uma corrida. A lebre, cheia de si, aceitou a aposta. A raposa foi escolhida como juiz por ser muito sabida e correta. A tartaruga não perdeu tempo e começou a se arrastar. A lebre logo ultrapassou a adversária e, vendo que ia ganhar fácil, resolveu dar um cochilo. Acordou assustada e correu como louca. Na linha de chegada, a tartaruga esperava a lebre toda contente.

*Esopo*

**Texto 4****O leão e o ratinho**

Ao sair do buraco, viu-se um ratinho entre as patas do leão. Estacou, de pêlos, em pé, paralisado pelo terror. O leão, porém, não lhe fez mal nenhum.

- Segue em paz, ratinho; não tenhas medo de teu rei.

Dias depois o leão caiu numa rede. Urrou desesperadamente, debateu-se, mas quanto mais se agitava mais preso no laço ficava. Atraído pelos urros, apareceu o ratinho.

- Amor com amor se paga – disse ele lá consigo e pôs-se a roer as cordas. Num instante conseguiu romper uma das malhas. E como a rede era das tais que rompida a primeira malha as outras se afrouxam, pôde o leão deslindar-se e fugir.

*Monteiro Lobato*